



PORTE PAGO



ELD

É a participar
que
se constrói

JORNAL ANO XXI

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

MENSÁRIO
N.º 244

JUNHO 1995
PREÇO: 120\$00

Eleições projectam ADFA para o futuro



Novos Órgãos Sociais tomam posse em cerimónia pública

Págs. 6 e 7

Celebrada escritura dos Novos Estatutos

Pág. 6

Convívios nas Delegações



Bragança
21º aniversário

Porto S. João

Setúbal
sardinhada

Pág. 4



Audiência com o MDN

O Ministro da Defesa Nacional recebeu em audiência, no dia 16 deste mês, a Direcção Central da ADFA, representada pelos seus Presidente, 1º Secretário e Tesoureiro, que, em final de mandato, lhe apresentaram cumprimentos, realçando a abertura que o Ministério sempre manifestou para a resolução dos problemas dos deficientes militares.

O Dr. Figueiredo Lopes realçou que a vontade e capacidade de diálogo mútuo com a ADFA, sempre desejável, continuará a ser uma constante de sua parte e do ministério, realçando que, enquanto à frente do MDN, tudo fará para que as propostas legislativas pendentes, algumas em fase avançada de estudo, sejam aprovadas e publicadas com a brevidade possível.

Os representantes da ADFA salientaram a forma responsável como os nossos associados desejam que seja tratada a eventual trasladação para Portugal dos corpos dos militares mortos na Guiné, Angola e Moçambique, e que aí se encontram sepultados.

Defenderam que a ADFA, numa perspectiva de serenidade, bom senso e dignidade de que esse eventual acto, seguramente, se revestirá, deve exercer parte interveniente e activa no processo, conduzido sempre no respeito pela vontade e anuência dos familiares desses militares falecidos.

A ADFA nas escolas Estudantes discutem as guerras e o 25 de Abril

Numa acção conjunta da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Associação 25 de Abril e a Liga dos Combatentes, realizou-se, a pedido da Escola Secundária Padre Alberto Neto, em Queluz, no passado dia 21 de Junho, um Colóquio destinado aos alunos do 9º ano e que versava os seguintes temas:

- 1ª e 2ª Guerras Mundiais;
- Guerra Colonial e suas consequências;
- Revolução do 25 de Abril.

Durante cerca de três horas foram explanados os temas referidos, tendo-se seguido um vivo debate entre os oradores, alunos e professores.

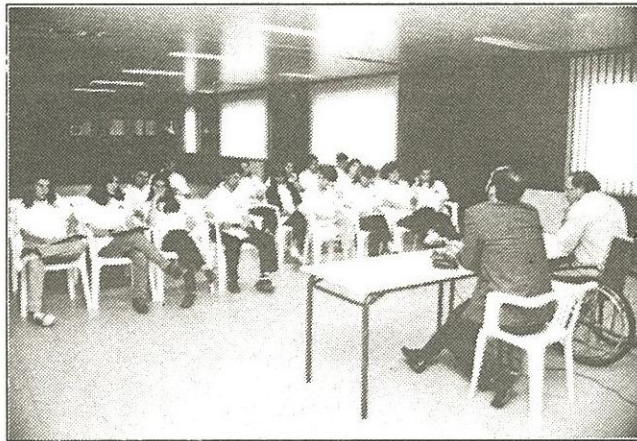
Em representação da Associação 25 de Abril esteve o Sr. Brigadeiro Pezarat Correia, pela Liga dos Combatentes o Sr. Brigadeiro Osório Mourão e o associado Jorge Maurício em representação da A.D.F.A..

Moçambique 20 anos de Independência

Comemorou-se, no dia 25 de Junho, o 20º Aniversário da independência nacional de Moçambique. No dia seguinte, nas instalações da Embaixada daquele País em Lisboa, o respectivo Embaixador ofereceu uma recepção a individualidades das áreas da política, da cultura e das artes, tal como a representantes de Organizações. A ADFA, convidada a estar presente, fez-se representar, no acontecimento, pelo 1º Secretário da DC.

Após estes 20 anos, sem dúvida conturbados, auguramos a todo o Povo amigo de Moçambique, o acesso, tão rápido quanto possível, ao pleno desenvolvimento e progresso, assentes na paz, na tolerância e na sã irmandade que lhes trarão, estamos seguros, a felicidade que, há tanto, vem buscando.

Visita de estudo à sede da ADFA



A pedido da Escola Secundária Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, estiveram na Sede da A.D.F.A., no passado dia 16 de junho, 20 alunos do 1º ano do Curso Superior de Fisioterapia.

Este tipo de actividades enquadra-se nos diversos planos de visitas de estudo que várias escolas superiores promovem, com o intuito de conhecer a nossa organização, o mundo dos Deficientes das Forças Armadas e o modo como se realizou a sua reintegração na sociedade.

Nesta deslocação, os alunos tiveram oportunidade de conhecer as instalações da Sede, visitando os diversos serviços, onde lhes foi explicado a função de cada um deles.

Para terminar esta actividade escolar, os alunos tiveram oportunidade de assistir e participar num Colóquio, onde os associados Alberto Pinto e Jorge Maurício fizeram uma breve resenha da história da A.D.F.A., do percurso da reabilitação dos seus associados, das dificuldades ainda existentes, não só para os deficientes militares, bem como para todas as pessoas deficientes de Portugal.

Os alunos demonstraram grande interesse durante e após as explicações que da matéria foram feitas, tendo sido colocadas várias questões que foram oportunamente esclarecidas.

Lar Militar 25.º Aniversário

No dia 26 de Junho, comemorou-se o 25º aniversário do Lar Militar, estrutura de Reabilitação onde continuam a residir grandes deficientes militares, e onde muitos se prepararam para o exercício de uma vida plenamente integrada na comunidade exterior.

No almoço que celebrou a efeméride para além dos utentes actuais e antigos residentes, encontrava-se o Presidente da Direcção da Cruz Vermelha, acompanhado de outros elementos daquele órgão e o Director daquele estabelecimento.

A ADFA, convidada a estar presente, fez-se representar pelo Presidente do Conselho Fiscal Central.

Sócios Falecidos



Florentino Araújo Ferreira, sócio nº 2834, com 43 anos, faleceu no dia 16/04/95.

Tinha 75% de incapacidade.

Residia em Maia, deixa viúva a Sra. Olindina Silva Magalhães e uma filha menor.



Adelino Jorge Martins Barros, sócio nº 5997, com 48 anos, faleceu no dia 8/5/95.

Tinha 92% de incapacidade.

Residia em Braga, deixa viúva Maria João da Rocha Carvalho Pinto Bacelar Martins Barros e orfãos dois filhos.



António de Oliveira Costa, sócio nº 6305, com 51 anos, faleceu no dia 9/6/95.

Tinha 16% de incapacidade.

Residia em Águeda, deixa viúva a Sra. Maria Augusta Ribeiro da Fonseca e orfãos 5 filhos



Domingos Manuel Cidade Candeias, sócio nº 5704, com 55 anos, faleceu no dia 2/4/95.

Residia em Évora, deixa viúva a Sra. Rosa Mariana Nunes Candeias

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos
apresentamos as nossas condolências

SETÚBAL

Clinica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:
2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

♦ mais informações contactar ♦
Delegação da ADFA de Setúbal

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)
Médico: Dr. Paulo Val
2.ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Teresa Infante
2.ª Feira 10:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

4.ª Feira 09:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D.ª Dulce Sousa

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência
pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA
Tel. 757 05 02 / 05 83 / 06 45 / 07 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica,
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material
da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, Armando Guedes da Fonte, José Maia,
Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Fariinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente,
as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo
da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1 100\$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1 800\$00
Fora da Europa: 2 100\$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1 300\$00

Tiragem desde número: 9 000 exemplares

Estagiárias

Proporcionam passeio a DFA'S



No passado dia 27 de Maio, as estagiárias de Serviço Social da ADFA, Ana Pereira e Nélia Gonçalves proporcionaram uma tarde de convívio a dez deficientes das forças armadas internados no Serviço 6 do Hospital Militar Principal.

A tarde teve como objectivo, para além do convívio entre os utentes quebrar a rotina vivida diariamente no quarto do hospital, e dar a conhecer alguns pontos característicos da cidade tais como: O Mosteiro dos Jerónimos, o Padrão das Descobertas, a Torre de Belém, o Castelo de São Jorge e a Baixa Lisboa.

A arquitectura Manuelina característica do Mosteiro dos Jerónimos foi sem dúvida o que mais interesse despertou ao grupo, levando-os a entrar e conhecer a zona dos Claustros, que infelizmente é a única parte do monumento com acesso a paraplégicos.

A visita prosseguiu no Museu da Marinha (ao qual agradecemos a entrada gratuita), que possibilitando ao grupo o contacto directo com diversos objectos expostos que lhes eram familiares, reportando-lhes à memória experiências vividas. Ainda nas proximidades visitaram a Torre de Belém e o Padrão dos Descobertas.

O passeio terminou com visita ao Castelo de São Jorge, sendo considerado pelo grupo "como o local mais bonito de Lisboa". A visita contextualizada com a natureza provocou um sentimento de saudades e uma certa nostalgia de casa.

O regresso ao Serviço 6 do hospital ocorreu por volta das 20 horas.

O ar fatigado do grupo não encobriu a felicidade que sentiam e o desejo de um próximo passeio.

Esta actividade só foi realizada devido à colaboração do Departamento de Acção da Câmara Municipal de Lisboa que pôs à disposição a carrinha adaptada a deficientes.

Estagiárias Ana Pereira e Nélia Gonçalves

SNR

Comissão Especializada da Educação

Nota Síntese-Reunião 23 de Maio

A reunião da Comissão Especializada da Educação teve lugar no Secretariado Nacional de Reabilitação e foi coordenada pela Dr.ª Maria Trindade Colarejo.

Estiveram presentes os representantes das seguintes associações:

- .APPACDM — Manuel Domingos
- .APS — João Alberto Ferreira
- .ANA — Cristina Andrade/Afonso Minhada
- .UCNOD — Albertino Santana
- .ADFA — José Bento Raimundo
- .FENACERCI — Elisabete Mendes

A Coordenadora iniciou a reunião fazendo referência à realização da Campanha Pirlampo Mágico/95, a decorrer de 20 de Maio a 10 de Junho, promovida pela FENACERCI em colaboração com a Antena 1.

Passou em seguida a abordar o tema proposto para esta reunião que se centrava no domínio da deficiência auditiva. Assim, referiu que no respeitante à legislação sobre Educação de Surdos, os documentos são pouco elucidativos e que ao nível do Gabinete Jurídico do Secretariado apenas foi referida a existência de um Despacho Normativo especificamente dirigido aos deficientes auditivos.

A APS referiu que também não possuía mais elementos, concluindo-se portanto que os apoios existentes são de âmbito global e para qualquer tipo de deficiência, tendo em

consideração o disposto na Lei de Bases da Reabilitação e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Debateu-se em seguida a questão da integração escolar das crianças e jovens com deficiência auditiva, dada a inexistência de apoios específicos, e as dificuldades de aprendizagem sobretudo ao nível da aquisição da leitura e escrita.

Neste contexto, foram também discutidos os problemas da comunicação oral que afectam frequentemente as crianças com deficiência mental e/ou motora, e, a necessidade do recurso a Sistemas Alternativos e Aumentativos; e apresentados na Conferência

"Linguagens Alternativas e Novas Tecnologias" (promovida pela FENACERCI para divulgação dos resultados de um projecto de investigação que desenvolveu nesta área) em que a introdução da utilização de gestos permitiu o desenvolvimento da linguagem e serviu de suporte para a leitura e escrita.

Referiu-se a necessidade de um reconhecimento formal da Língua Gestual por parte do Ministério da Educação, o que permitiria a disponibilização de verbas e a certificação dos interpretes de linguagem gestual.

Neste âmbito foi efectuado um paralelismo com o Braille, que para os deficientes visuais é considerado a linguagem oficial no domínio da leitura e escrita.

A coordenadora solicitou à APS a elaboração de uma proposta para ter apresentada ao Grupo de Diálogo, com vista a sinalizar algumas medidas para os problemas que foram colocados.

A finalizar foi ainda abordada a questão da "gratuidade de ensino" e se existiam alguns elementos relativamente ao diploma que irá ser publicado pelo Ministro, mas nenhum dos presentes tinha informações mais detalhadas sobre o assunto.

Deu-se então por terminada a reunião, fazendo referência à reunião do Grupo de Diálogo em que um dos pontos que deverá ser abordado diz respeito ao funcionamento das Comissões Especializadas.

Delegação de Viseu

Encerramento para férias

A Delegação de viseu da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, comunica aos seus associados que a Delegação se encontra encerrada para gozo de férias, no período de 01 a 15 de Agosto e de 01 a 15 de Setembro.

com as melhores saudações associativas.

João Manuel Santos Gonçalves

Delegação de Coimbra

A Delegação de coimbra da ADFA, encerra os seus serviços no período compreendido de 1 a 16 de Agosto de 1995, por motivos de férias.

Os mesmos reabrirão a 17 de Agosto

Porto

Próteses, consultas no Hospital Militar

Informam-se os associados que as consultas de próteses e ortoses no Hospital Militar Nº 1 do Porto, nos próximos 6 meses, efectuem-se nas seguintes datas:

Julho	12 e 26
Agosto	30
Setembro	13 e 27
Outubro	11 e 25
Novembro	08 e 29
Dezembro	13

As consultas realizam-se nas manhãs dos dias acima indicados, bastando que os sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam á entrega do cartão de deficiente militar no respectivo serviço.

Núcleo de Peniche

Reunião dia 29 de Julho

- 10H - Concentração junto à CMP
- 10,15 - Início da reunião no Salão Nobre da CMP
- 1ª vários esclarecimentos da actualidade
- 11,30 - Visita às futuras instalações do Núcleo
- 12,30 - Almoço
- Marcações pelo Telfs. 789 500, Horário Luz 769 060, José Oliveira

ADFA na Praça Pública da SIC



No popular programa Praça Pública da SIC, passou no dia 28 de Junho, uma reportagem realizada na nossa Sede, sobre os problemas com que se debatem os 200 deficientes que não são abrangidos por qualquer legislação e dos cerca de 30 que se encontram há cerca de vinte anos no HMP, os das viúvas dos sócios com menos de 60% de incapacidade que ficam reduzidas a uma situação de miséria, o dos funcionários públicos a quem não é permitida a acumulação de pensões e os problemas dos ex-combatentes que sofrem de problemas psiquiátricos causados por distúrbios pós-traumáticos causados pelo "stress" de guerra.

Quem estiver interessado em visionar esta reportagem pode fazê-lo no GEDA..

Condutor ADMITE-SE

Para os serviços da Sede/ADFA Aberto aos sócios, filhos e outros Resposta até dia 28Jul95 Telef. 7570244/7570502, ext. 215

Admissão de Associados

Relação de candidatos a associados efectivos, divulgada de harmonia com o disposto no nº 4 do Artº. 8º dos Estatutos da ADFA:

- Abraão José Semedo Alves
- António Amélio Ferreira Russo
- António Ferreira de Jesus
- António Reis Amaral
- Francisco Nogueira Camões
- Inicencio Torres Nunes
- João Fernandes de Brito
- João de Jesus Luís
- Joaquim Carvalho Cevada
- Joaquim José Caleiro Plácido
- José António Nobre Pires
- José Ataíde Quinta de Figueiredo
- José da Conceição Pereira
- José Manuel Costa Silva Pereira
- Maria Henriqueta Teles Neves

Convívios por todo o país

Neste período mais recente, corolário duma vontade, já bem manifesta, de participar por parte dos associados, no momento tradicional de comemoração do aniversário da nossa Associação, realizaram-se, espalhados por todo o país, convívios que demonstram bem o seu profundo interesse em se encontrarem, trocar opiniões e confraternizar pois é, à volta da ADFa, que nos congregamos, num sentido colectivo e de união, que os 21 anos de existência, demonstram ser um salutar hábito adquirido.

No dia 21 do mês de Maio, e conforme o reduzido espaço disponível, na nossa última edição, já se divulgou, que a Delegação de Famalicão reuniu, naquela cidade, associados da sua área, representantes dos Órgãos Sociais Centrais e das Delegações do Porto, Bragança e Viseu, mas não deixaremos, por isso, de evocar, neste numero, aquele convívio através da exibição fotográfica.



Bragança

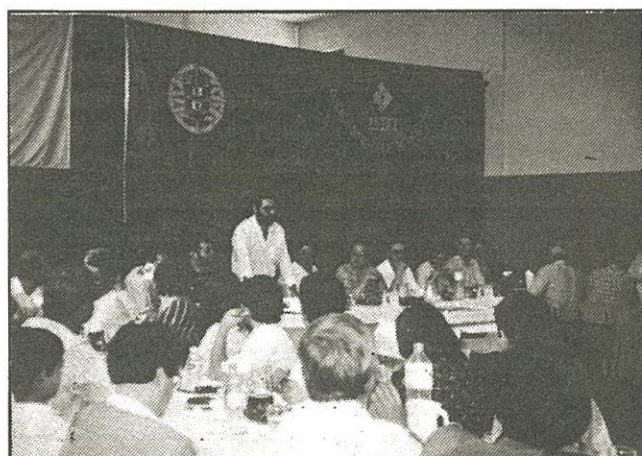
Com jovens e menos jovens

A Delegação de Bragança escolheu o dia 4 de Junho e a arraiana Vila de Freixo de Espada à Cinta, para reunir 115 participantes, entre sócios, familiares, representantes dos Órgãos Sociais Centrais e das Delegações do Porto e Famalicão, dentro da forma já usual da Delegação, em convívio descentralizado, o que, reconhecidamente, se aplaude.

Os Órgãos Sociais da Delegação contaram com a prestímosa colaboração do associado Felgueiras, elemento da Direcção da Delegação do Porto e natural da Vila anfitriã, que os apoiou activamente na organização do encontro.

A concentração iniciou-se cedo, junto da Igreja Matriz, onde os associados assistiram à missa que, curiosamente, coincidiu com a Comunhão Solene de cerca de duas dezenas de crianças daquela Vila Trasmontana. O pároco, em alocução singela, referiu-se à nossa presença, tendo, no momento próprio, abraçado os deficientes militares que ali se encontravam, ante a comunidade Cristã local e, em representação da mesma, ofereceu ao Presidente da DC um ramo de flores, testemunho do interesse com que era vista a realização, naquela Vila, do convívio que a nossa Delegação de Bragança levou a efeito.

Conhecendo-se, como é verdade, que a reunião Dominical da comunidade na Igreja, corresponde a um anses-



tral acto, a um tempo religioso e cultural, os associados presentes reportaram da maior importância a forma simples, sentida e afectuosa, como o pároco os acolheu.

Seguiu-se o almoço convívio nas instalações dos Bombeiros Voluntários locais, de cujos participantes se realça a presença do Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, e de larga participação de dirigentes e associados da Delegação do Porto. Em momento oportuno o Freixenista Felgueiras, dirigindo-se, em especial, àquele autarca, fez uma interessante e profunda alocução sobre quem são os deficientes das Forças Armadas, a sua origem, a sua vontade e força criadora com que se organizaram à volta da associação. Seguidamente, em curiosíssima intervenção, fez uma muito bem elaborada resenha histórica, geográfica, cultural e económica da Vila de Freixo, alocução muito apreciada, merecedora de referência elogiosa por parte do presidente da edilidade local, o qual, em reconhecimento da nossa organização, e daqueles que a compomos, manifestou estar atento e continuar a contribuir, como autarca e cidadão, na resolução dos problemas locais que respeitem à Delegação de Bragança e aos deficientes militares.

Mais tarde, e em envolvência iminentemente associativa, o presidente da Direcção da Delegação, Domingos Seca, dirigiria a palavra aos convivas, realçando o evento e a efeméride, passando seguidamente a palavra ao presidente da DC, ao, então, candidato a presidente da Direcção Nacional, ao Primeiro Secretário da DC, ao presidente da MAGD do Porto e ao presidente da MAGN, Couceiro Ferreira, que encerraria as intervenções.

Das palavras dirigidas por aqueles responsáveis associativos foram realçados, sempre, a necessidade de participação nas mais diversas actividades da ADFa, o momento de reflexão e escolha eleitorais, e os problemas legislativos, muito em especial, o caso, então revelado, da situação de um associado de Alijó, com incapacidade atribuída de 30%, por deficiência auditiva, originada por um acidente cujas sequelas, ainda não reconhecidas, e da área neurológica, o obrigavam à quase imobilidade. Realçado o problema da esposa que, em caso de fatalidade, e ainda não reconhecida a deficiência profundamente agravada, se veria privada da pensão de preço de sangue por a causa da morte não ter origem na deficiência auditiva. Infelizmente, poucos dias depois, a fatalidade surgiu e o caso, na altura hipotético, tornou-se realidade para a, agora, viúva.

A Delegação de Bragança não nos levará a mal, que o relato de tão animado convívio, finalizado com a intervenção musical do associado Jorge Pina, termine em reflexão daquilo que é a nossa essência, os nossos problemas reais e a eterna chamada à justiça do reconhecimento legislativo dos direitos dos deficientes militares e das suas famílias, que tocam as vidas de uns e a consciência e alma de todos nós.

Porto

Convívio de S. João

Relizou-se de 23 para 24 de Junho, noite de S. João, nas instalações da Delegação do Porto, o já tradicional convívio, que contou com a participação de mais de uma centena de associados, familiares e amigos, e que decorreu em ambiente de grande confraternização.

Sardinha assada feveras, pimentos e vinho foram servidos aos presentes, ao longo da noite, enquanto música própria de tal festejo os animou a um pé de dança.

O S. João foi pretexto para mais um animado convívio associativo, importante para o fortalecimento dos laços que nos unem.

Programa de férias em Setembro na Costa Brava — Espanha

A Delegação do Porto organiza em conjunto com a Agência de Viagens um programa de férias, com partida no dia 22 de Setembro e com a duração de 10 dias, em LLORET DE MAR na Costa Brava, que dista 70km de Barcelona.

O pagamento será de 6 prestações mensais de 8.600\$00 cada e por pessoa, incluído nesta preço o seguinte:

- Transporte em moderno autocarro de turismo;
- Pensão completa em Hotel***;
- Animação durante toda a estadia;
- Assistência permanente pelo nosso representante;
- Todas as taxas de hotelaria, turismo e serviço.

O alojamento da primeira e última noite será em Hotel*** na cidade de Madrid.

As inscrições deverão ser feitas no G.A.O.S. da Delegação.

Telfs contacto: (02) 820403 820744 e Fax: 825242.

Setúbal

Confraternização saudável e muita alegria



A habitual Sardinhada de Setúbal, inserida nas comemorações do aniversário da ADFa, realizou-se mais uma vez na Mata de S. Paulo, a 1 de Julho, num dia com sol mas com uma brisa fresca que ainda tornou mais agradável o convívio que, como sempre, contou com a presença de centenas de sócios e familiares que tiveram oportunidade de uma forma descontraída passarem uma tarde de agradável confraternização.

A delegação de Setúbal demonstrou mais uma vez o seu elevado espírito associativo e os fortes laços de amizade que unem os sócios que moram naquela zona, apesar de muitos deles, os que moram nos concelhos de Almada, Barreiro, Moita Montijo e Seixal, se encontrarem inscritos na Sede, na medida em se torna mais simples vir a Lisboa do que a Setúbal.

Cerca das 18:00H cantou-se os parabéns aos 21 anos da Delegação de Setúbal que, como muitos devem estar lembrados, teve a sua primeira sede na Praça do Bocage, no centro da cidade, sendo mais tarde adquiridas novas instalações junto ao Estádio do Bonfim.

Foram feitos alguns discursos de circunstância, tendo o associado António Neves mostrado grande satisfação com esta festa e arrependimento por nunca lá ter ido antes, e sugeriu que este exemplo deveria ser seguido por outras organizações, nomeadamente a Sede.

António Carreiro, que foi eleito para o Conselho da Delegação de Setúbal, chamou a atenção para o facto de nas delegações que não ficam nas zonas metropolitanas, haver um espírito de amizade e solidariedade muito grande, preocupando-se as pessoas umas com as outras, facto que já vai sendo raro nas grandes cidades. Citou também como exemplo deste espírito o núcleo de Aveiras de Cima. Focou facto de ser de grande importância destes convívios para manter e aumentar os laços de camaradagem entre os sócios, fora dos ambientes carregados das Assembleias e reuniões de trabalho.

Sá Flores, em representação do Conselho Nacional, inventou logo ali uma quadra que declamou e congratulou-se com o espírito associativo que ali se viveu, realçando o facto de com a actual revisão estatutária e com as novas competências do Conselho Nacional, ser possível uma muito maior e mais saudável participação dos sócios.

Armindo Roque, relator do Conselho Fiscal, falou em nome dos Órgãos Sociais Centrais, em virtude de não ter sido possível a deslocação de nenhum membro da Direcção Central, por nesse mesmo dia, e a essa hora, terem uma reunião de trabalho.

Frisou que os problemas com que os associados se debruçam são cada vez maiores à medida que os anos passam e que por essa razão, se tornava cada vez mais necessária convívios que fomentassem a participação associativa, como aquele estava a decorrer.

Garantiu que os Órgãos Sociais Nacionais que naquela manhã tinham sido empossados, tudo fariam para que se resolvessem todos os problemas que ainda existem e sobretudo não permitiriam que nos sucedesse o mesmo que aos Deficientes militares da Grande Guerra que, passados vinte anos, viram os seus direitos revogados.

Por fim falou o Presidente da Direcção da Delegação, Pinto Faria, que apelou aos associados que colaborassem mais com a os Órgãos Sociais da Delegação, para que fosse possível continuar a organizar estes convívios.

Revogação de direitos Mito ou tentativa?

Sob o título "Tributação de Deficientes", o Jornal Diário do Sul divulgou um artigo da autoria do Administrador tributário Manuel Cesário Rosa Páscoa que, para além de perplexidade, nos causou a maior repulsa pelo seu conteúdo e filosofia emergente que, se seria grave saído da pena de um vulgar cidadão, nos causou a mais elevada preocupação por escrito por um dos mais elevados responsáveis técnicos da Administração Fiscal, uma vez que o articulista exerce funções como Director de Finanças do Distrito de Évora. A Direcção da nossa Delegação naquela cidade, e utilizando o direito de resposta, assumiu um veemente protesto, também publicado, e que, utilizando prosa rija, não deixa, sobretudo, na última parte, de querente e justamente defender as posições da ADFA, no caso vertente.

Com a devida vénia, e o conhecimento e anuência do Director daquele diário alentejano, que agradecemos, transcrevemos, em seguida e na íntegra, ambos os textos publicados:

A TRIBUTAÇÃO DOS DEFICIENTES

Desde há muito tempo que pensamos que o sistema fiscal no seu seio tem muitas injustiças derivado aos benefícios de que auferem determinados contribuintes. Neste pequeno trabalho vamos-nos referir a alguns desses contribuintes, ou seja aqueles que pelo sistema fiscal português são considerados deficientes.

Na função pública, por exemplo, existem inúmeros deficientes das forças Armadas que na sua generalidade tem deficiências legais que correspondem a mais de 60% de incapacidade, mas que na prática até alguns colegas não sabem que eles são deficientes.

Muitos destes, além dos benefícios fiscais que auferem, ainda recebem uma pensão vitalícia e isso não é tido em conta no vencimento que auferem, este é igual ao dos seus colegas.

Vamos exemplificar com casos puramente académicos, mas que ilustram bem a realidade:

1º exemplo:

Um casal que cada um auferem na função pública um ordenado de 85.000\$00 e têm 3 filhos.

- se ambos forem deficientes não pagam qualquer importância de IRS

- se não forem deficientes pagam de IRS anualmente 5% sobre os vencimentos, o que tendo em conta 14 meses dá de impostos, (170.000\$00x14=119.000\$00)

2º exemplo

Um outro casal com os mesmos 3 filhos auferem na função pública o ordenado mensal ilíquido, cada um de 300.000\$00.

- se ambos forem deficientes pagam:

(300.000\$00x14=4.200.000\$00)x4%=168.000\$, um e (300.000\$00x14=4.200.000\$00)x4%=168.000\$, o outro 336.000\$00

Situação líquida: 8.400.000\$00=8.064.000\$00

- se nenhum for deficientes:

(300.000\$00x14=4.200.000\$00)x22%=924.000\$, um e (300.000\$00x14=4.200.000\$00)x22%=924.000\$, o outro 1.848.000\$00

Situação líquida: 8.400.000\$00-1.848.000\$00=6.552.000\$00

Benefício dos deficientes em relação aos não deficientes=1.512 contos anuais

No primeiro exemplo um casal de deficientes tem um benefício em relação ao casal que não é deficiente de 119.000\$00 o que, embora tenha significado não contribui decisivamente para o aumento do nível de vida deste casal.

No segundo exemplo trata-se de um casal que já tem um nível de vida considerável e aqui o benefício aumenta, isto é existe um benefício anual de 1512 contos, o que é significativo.

As conclusões que se devem extrair destes exemplos, em nossa opinião, são as seguintes:

1º-Os deficientes na função pública, só o são para pagar impostos, quanto ao vencimento que auferem é igual ao dos seus colegas.

2º-Se tiverem uma pensão das Forças Armadas são benefici-

ados duas vezes. Recebem o ordenado igual aos dos seus colegas, recebem mais uma pensão e os impostos são lhes reduzidos.

3º-Estes benefícios fiscais, em nossa opinião são injustos porque beneficiam em excesso determinados cidadãos e são duplamente injustos porque beneficiam muito mais que tem menos necessidades.

O primeiro objectivo de qualquer sistema tributário é o de arrecadar receitas e não o de ser um sucedâneo dos sistemas de Segurança Social. Quando ao sistema fiscal se impõem objectivos como o da diminuição das desigualdades ou o de atender aos encargos às necessidades do agregado familiar, estão a introduzir se elementos de complexidade, de inadequabilidade e, não raro, de inexactidão que tolhem à nascença qualquer hipótese de equidade ou de justiça.

Não se defende, naturalmente, um sistema injusto. O que se defende é que o sistema não deva permitir qualquer tipo de compensação, como agora sucede. Porque a compensação que o sistema permite só beneficia mais, quem mais tem ou mais declara. Deste modo, aquilo que os que podem deviam pagar já não chega, por outras vias aos que não podem ou podem muito pouco.

Manuel Cesário Rosa Páscoa
Administrador Tributário, Director Distrital de Finanças

Resposta da Direcção da Delegação de Évora

Senhor Director do Jornal "Diário do Sul"
"Somos a Direcção da Delegação de Évora, dos Deficientes das Forças Armadas.

Os nossos respeitosos cumprimentos.

Ao abrigo da Lei de Imprensa, e por dificuldades monetárias, solicitamos a Vª Exª se digne ordenar a publicação do artigo que indicamos, dado que, no Vosso Jornal de 5 de Maio de 95, foi publicado um artigo da autoria do Exmo Director Distrital de Finanças, Administrador Tributário, Manuel Cesário Rosa Páscoa, cujo título era "TRIBUTAÇÃO DOS DEFICIENTES".

O artigo, a ser publicado sob autorização de Vª Exª, com a brevidade que o assunto nos merece, será:

"A Direcção da Delegação de Évora, apresenta ao Jornal Diário do Sul, os nossos cumprimentos, e o agradecimento da ajuda que nos tem proporcionado, solicitando a publicação da resposta ao artigo vindo a público, no dia 5/5/95, da autoria do Exmo Sr. Rosa Páscoa, sob o título "Tributação dos Deficientes".

Compreendemos a preocupação do Sr. Administrador Tributário, Sr. Rosa Páscoa. É lógico e natural, que tente que as receitas do Estado, sejam cada vez mais elevadas, ainda que à custa das "misérias humanas", pois quanto mais dinheiro houver nos cofres do Estado, maiores probabilidades terá o Sr. Ro-

sa Páscoa, de maior vencimento, portanto de melhor vida, visto não ser Deficiente.

É portanto, evidente, a razão, aparente, que decorre do seu artigo, publicado no Jornal Diário do Sul, no dia 5/5/95, onde "demonstra" a situação "desigual" da tributação "privilegiada" dos Deficientes com mais de 60% de desvalorização.

Lógico que o cidadão comum, começa a desejar ter essa percentagem de desvalorização, esperando nós, Deficientes, que não a comecem a auto provocar

Não tem, no entanto, o Sr. Director Distrital de Finanças, a sensibilidade, do que é ser Deficiente das Forças Armadas. Terá cumprido o Serviço Militar?

Terá estado na Guerra Colonial? Saberá o Exmo Sr. Rosa Páscoa que, qualquer cidadão / homem, que foi ou vai cumprir o Serviço Militar, foi considerado são e escoreito, por uma junta médica? Poderá o Exmo. Sr. Administrador Tributário quantificar, em termos monetários, qual o preço de uma vista, de um braço, de uma mão, de duas vistas(leia-se cego), de um pulmão, de um dedo, etc, etc.?, que "ficou" na Guerra Colonial? Talvez tenha a ideia, que foi ao serviço da Pátria, da qual faz parte, e portanto, o que se "perdeu"...perdeu! Admitimos! Podemos é não admitir a ligeireza, a frieza, e a sobrançeria como trata os Deficientes das Forças Armadas, e quiçá, os Deficientes em geral.

Lamentamos a sua má "informação".

Gostaríamos, mesmo assim, de um debate público, sobre este assunto, com Vª Exª, na Rádio, ou noutra local qualquer, dado que Vª Exª pode ter razão, lamentamos não levar os mortos em combate, por "impossibilidade física", e cujos pais, ainda vivos, recebem uma "choruda" reforma de 27 mil escudos, de pensão de PREÇO DE SANGUE" e calcule-se! sem IRS!!

Esse debate, que desejamos ardente, e o mais breve possível, que Vª Exª se disponibilizar, não é um "duelo", pois deficiente, não pode combater, em igualdade de circunstâncias, com quem está no pleno uso e gozo, das suas faculdades físicas e mentais!

Para terminar, por ora, desejamos óptima saúde ao Exmo Sr. Rosa Páscoa, Administrador Tributário, Director Distrital de Finanças, títulos que nenhum Deficiente das Forças Armadas possui, e, decerto, que os "vários" vencimentos que recebemos, e benesses não convenientemente tributadas, não chegarão, ao que, Vª Exª, Sr. Rosa Páscoa, contabilizará, em cada mês, cada ano, cada década.

Aguardamos disponibilidade sua, para um diálogo são.

Um abraço "deficiente".

Direcção da Delegação de Évora da ADFA
Coronel Reforma Extraordinária, Manuel Teixeira Gil

Nota do Director: A resposta da nossa Delegação de Évora reflete, na essência, a indignação daqueles que, sentem no corpo e na mente tanto o peso da deficiência como a certeza do dever cumprido.

É estranho, involuntariamente estranho, que um alto funcionário da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, ao parecer não impedido de falar, como os militares do activo, por exemplo possa por em causa todo o edifício legislativo destinado a atenuar e reconhecer as dificuldades que muitos têm, para exercer com dignidade, brio e eficiência as tarefas laborais que desempenham no exercício do direito ao trabalho, que o artigo 71º. da Constituição da Republica Portuguesa lhes consagra, ou será que até este, Sr. Administrador tributário, deverá ser revogado?

Será que a vontade expressa pelo Governo, em matéria de legislação para deficientes, designadamente na área tributária, e o entendimento que á mesma tem sido dada pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos é... ou pretende-se que venha a ser pura balela?

Estamos verdadeira e profundamente preocupados, pois os sinais de fumo nunca escondem a fogueira, mesmo quando ela está tapada com a manta. Estaremos profundamente atentos, informando os associados, pois, a justiça do que a nós, deficientes, está reconhecido não se compadece com a leveza de tratamento da nossa dignidade por parte do Sr. Administrador Tributário Rosa Páscoa.

Por Dentro da Reabilitação

Armando Guedes da Fonte

Encontros

A vida é feita de encontros e desencontros, como diz um apresentador de programas televisivos.

Ao longo da minha vida associativa na ADFA tenho tido oportunidade de me encontrar com inúmeras pessoas que, provavelmente, nunca chegaria a conhecer fora desta associação. A vida é assim, feita de factos imprevisíveis, de encontros e desencontros, pondo os homens e dispondo Deus. Neste meu particular atravessamento pelo caminho da ADFA o destino proporcionou-me encontros que, por esta ou aquela razão, me têm feito rever e reavaliar sentimentos, conceitos e ideias.

Todos nós temos uma percepção e um entendimento próprios, das coisas, pessoas e situações, que atingimos pela utilização que damos à "bagagem" sensorial, temperamental e intelectual com que a vida nos foi "equipando". Mas esse contacto, essa tradução, essa desmontagem que cada um de nós faz da realidade não a atinge senão numa ínfima parte. Acaba sempre desconhecida e fora do nosso alcance uma parte muito maior do que a que conseguimos alcançar. Necessitamos, continuamente, de algo mais para alcançar mais além. As pessoas com quem nos relacionamos ao longo da vida, umas mais outras menos, ajudam-

nos a descobrir diferentes abordagens da mesma realidade. Recorrendo a outras "bagagens" que são as suas próprias permitem-nos partilhá-las suprimindo assim algumas das nossas limitações na compreensão de tudo o que nos envolve. Somos desafiados a experimentar outras interpretações da mesma realidade e, ao fazê-lo, rompemos, não raro dolorosamente, com esquemas e padrões adoptados como inatacáveis e, então, crescemos. Essas vivências vão deixando marcas mais ou menos profundas no nosso ser, testemunhos de outras tantas tentativas de um entendimento da vida que nos pacifique a consciência e que nos transmita uma ilusão de segurança.

Existe uma pessoa que desde o primeiro encontro, no âmbito da vida associativa da ADFA, me tem proporcionado inúmeras mais valias, sob o ponto de vista humanístico, que muito me fazem reflectir e aprender no âmbito da problemática da reabilitação dos grandes deficientes e das suas relações com a vida. A riqueza estrutural do seu carácter, a apurada sensibilidade que deixa transparecer em todos os momentos associativos de intervenção, o seu desapego pelas questões materiais e acessórias da vida, têm sido para mim uma referência quotidiana, constante. Convivermos com essa pessoa é experimentar o optimismo e a elevação das convicções de grande sentido humanista, é alargarmos o entendimento das coisas e situações que, de tão simples nos são por ela propostas, nos confundem e, não fora a honesta simplicidade da sua inteligência, não raras vezes as desaproveitaríamos indiferentemente. A generosidade do seu ca-

rácter, a preocupação delicada em ouvir e dialogar, o alcançar objectivos sem imposições de princípios, a sua aparente irreverência pelo formal quase tocando o fundamentalismo anárquico, tem-nos ajudado a descobrir outras dimensões da problemática associativa, nomeadamente na clara visualização e na real compreensão das questões ligadas aos grandes deficientes enquanto cidadãos diferentes numa sociedade multifacetada e multicolor. O seu temperamento afável e o desenvolvido sentido de equilíbrio em todas as situações domésticas e exteriores têm-lhe granjeado notória admiração por parte de figuras do Estado e da cena internacional, tantas vezes demonstrada no diálogo e desenvolvimento e enquadramento das questões da reabilitação nacional e internacional. Em tempos de práticas marcadamente individualistas esclarece-nos e encoraja-nos ao encontro de atitudes solidárias e tolerantes no profundo respeito pelas verdades dos outros mas atento aos deveres e direitos de cada um e de todos..

Com essa pessoa somos desafiados a viver em permanente motivação e optimismo, em generosa militância pela defesa e desenvolvimento dos direitos da pessoa deficiente, em práticas mais gratas às razões da alma e do coração do que a artificialismos estereis de lógicas tecnocráticas.

Essa pessoa com quem me encontrei há uns anos atrás e que me tem proporcionado vivências de inesquecível riqueza é o José Arruda.

Na oportunidade da passagem de testemunho de responsabilidades associativas, um abraço.

Estatutos já tem escritura



Após todo o labor associativo que culminou nas Assembleias Gerais Nacionais de 5 e 26 de Novembro do ano passado, e 11 de Fevereiro e 4 de Março do ano presente, com as correcções introduzidas, em resultado de consulta prévia à Procuradoria Geral da Republica, na reunião daquele Órgão na manhã de 14 de Maio, foi celebrada, nas instalações da Sede Nacional, em 14 de Junho corrente, pela Notária do 14º Cartório de Lisboa, a escritura que formaliza a legalização dos Estatutos da nossa Associação.

A assinatura de tal documento, à qual assistiram alguns associados, constitui a primeira parte formal que faz vigorar os Estatutos os quais carecem, no entanto, e para finalizar todo o processo, de publicação no Diário da Republica, cuja tramitação é da competência do Notário.

De Coimbra... com mágoa!

Mais um acto eleitoral na ADFA. Em paz, em democracia. Já não é mau.

Já não é pouco, apesar de tudo. Porém, cada vez se torna mais evidente, que os ideais da nossa Associação residem principalmente numa parte associativa que se orienta e vive por esses mesmos ideais. A ADFA não é de ninguém em especial. É de todos os associados, mas a grande verdade é que nem todos vibram e sentem a nossa casa da mesma forma. Existem mesmo associados que sempre demonstraram alguma relutância em dar a face como deficientes. Votar nas eleições do passado dia 17 de Junho era uma boa oportunidade para que os associados da ADFA mostrassem que os deficientes militares estão unidos, fortes e dispostos a lutar sem tréguas pelos seus direitos. A recusa em comparecer ao acto eleitoral, prova uma vez mais a mentira em que vivemos. É fácil criticar os que, apesar de tudo, continuam a dar o melhor de si. A grande maioria dos associados move-se apenas com ideais materialista, com interesses frequentemente mesquinhos, com evidentes tentações individualistas, a que vulgarmente se chama hipocrisia.

Nestas eleições que marcaram o início de um novo ciclo, com a entrada em vigor dos novos estatutos, ainda vi comoção sincera, lágrimas honradas de associados que fizeram dezenas de quilómetros para cumprir o seu dever, gente avulsa, simples, que continua a acreditar na sua associação. Aqueles que não se movem por interesses que não sejam os seus legítimos direitos.

Passados 21 anos sobre as fundações da ADFA, o país encontra-se numa fase de viragem, enfrentando dificuldades e desafios que não podem ser escamoteados. Colocam-se em causa valores e direitos que deveriam ser intocáveis. Os deficientes, tantas vezes utilizados em campanhas demagógicas com o único fim de caçar votos, são dos primeiros a sofrer as consequências por força das estratégias políticas.

A força da ADFA é cada vez mais importante para defesa do que já conseguimos e do que se pretende conquistar. Mas, muitos associados assim não pensam. No dia 17 de Junho perdeu-se uma grande oportunidade de mostrar aos governantes que somos uma força a ter em conta. Como associado, e como responsável da Delegação de Coimbra, não dou opinião sobre o que se passou no resto do país. Para estas eleições, em Coimbra faz-se o possível para dinamizar os associados para a im-

portância do voto. Desde Março deste ano, fizeram-se mais de trezentos contactos fora da Delegação, percorreram-se cerca de quinhentos, visitaram-se 11 conselhos nos distritos de Coimbra, Leiria, Aveiro e Viseu. Votaram em Coimbra 81 associados.

Pessoalmente entendo que foi mau. Muito mau, este número de votantes é uma derrota para a Delegação, cujo objectivo apontava para a Delegação, cujo objectivo apontava para um mínimo de 120 votos.

É frequente ouvir-se dizer que os associados se têm afastado da ADFA devido à incorrecta política associativa por parte dos órgãos sociais. Não sendo mentira, é incorrecto apresentar-se este como único motivo. Há que dizer. Muitos associados nunca fizeram ideia do que é ser deficiente. Para eles a única coisa importante é o fim do mês. A ligação à ADFA resume-se à pensão que mensalmente é depositada. Ou se faz uma análise séria da situação ou se viverá numa eterna mentira. Isto é revoltante. Que obrigação existe para trabalhar para quem o não justifica? Há muita ingratidão e falta de respeito pelo esforço dos outros. As eleições revelaram as grandes dificuldades ainda existentes, justificando não só, um grande e sério debate nacional, mas também uma nova atitude, mais corajosa no sentido de definir a estratégia própria para uma ADFA verdadeiramente ao serviço dos associados, mas exigindo-se de todos sem excepção, as suas responsabilidades.

Muito há ainda a fazer para melhor o regime associativo para que se continue honra a obra iniciada em 14 de Maio de 1974.

José Martins Maia, associado 244
Presidente da Direcção ADFA Coimbra

Órgãos eleitos nas Delegações

Decorrente do acto eleitoral, irão tomar posse nas Delegações todas as listas únicas, divulgadas na última edição do ELO, e cuja transcrição entendemos poder ser dispensada, á excepção da Delegação do Porto, onde se propuseram duas listas.

Naquela Delegação foi apurada, para os Órgãos Sociais, a lista B com base nos 381 votos expressos, tendo a lista A recebido 160 votos. Dispensamos, também, a divulgação da Lista vencedora, já publicitada no último ELO.

No entanto, e por se constituir com base no sistema da proporcionalidade directa, indicaremos os elementos efectivos eleitos para o Conselho de Delegação, cuja lista B obteve 385 votos e a A 155:

Jaime Ferreri Gusmão Gonçalves	ass. 2420
Nicolau João Teixeira Azevedo	ass. 1514
Guilherme Dias Carneiro	ass. 4614
Alberto Lopes Casais	ass. 1047
Luis Rodrigues da Silva	ass. 1462
Joaquim Couceiro Ferreira	ass. 1
Reinaldo Ramos Soares Ferreira	ass. 2852

Votação para os Órgãos Nacionais

	O.Sociais — Votos — C.Nac.		Válidos Nulos	
	Válidos	Nulos	Válidos	Nulos
Sede Nacional + Núcleos	240	0	235	3
Bragança	58	0	59	0
Castelo Branco	104	1	109	1
Coimbra	79	0	81	0
Évora	18	0	18	0
Famalicão + Núcleo	43	1	44	0
Faro	60	0	59	0
Funchal	52	0	55	0
Porto + Mesas de voto	485	4	378	9
Setúbal	46	0	46	0
Viseu + Núcleo	188	0	189	0
Total	1373	6	1273	13

Texto de Armino Roque
Fotos de Farinho Lopes

TOMADA DE POSSE

Os desafios do séc. XXI não nos amedrontam

No dia 1 de Julho foram empossados os membros dos Órgãos Sociais Nacionais, do Conselho Nacional e dos presidentes das Mesas de Assembleia Geral de Delegação que estiveram presentes.

A tomada de posse foi uma cerimónia singela, mas muito digna, marcada por um grande espírito de corpo, tanto por parte dos Órgãos cessantes como pelos ali empossados, pairando no ar um grande sentimento de responsabilidade perante as enormes tarefas que se avizinhavam, mas também por um sentimento de grande serenidade e confiança.

Os desafios colocados pelo séc XXI não parecem amedrontar estes homens que, pelo contrário, manifestaram nos seus discursos, que a ADFA daqui a três anos será maior, mais solidária e mais prestigiada.



PARTICIPAÇÃO ACTIVA DOS SÓCIOS

Couceiro Ferreira, falando em nome dos elementos da Mesa da Assembleia Geral cessante começou por saudar os nossos convidados presentes que eram os representantes da Casa Militar da Presidência da República, do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, dos Chefes de Estado Maior dos três ramos, o presidente da Direcção da Liga dos Combatentes, o Director do Hospital da Marinha, o Director do Lar Militar, o representante da Câmara Municipal de Lisboa e representantes de organizações congéneres.

Fez um discurso onde começou por referir que se pretendia com uma cerimónia singela, mas digna, dar posse aos Órgãos eleitos no dia 17 de Junho. Fez depois uma breve análise do acto eleitoral, tendo considerado bastante activa a participação dos associados, com um total de 1479 votantes, sendo 1373 votos válidos.

Dirigiu depois aquilo que ele próprio definiu como de saudação de despedida e um até sempre, "porque continuaremos a estar presentes na nossa associação". Agradeceu em seguida a presença dos convidados que considerou honrosa, e que se sentia orgulhoso porque as suas presenças representavam o prestígio que ADFA conseguiu granjear na sociedade ao longo de 21 anos da existência.

Dirigindo-se aos associados que iam deixar o exercício dos cargos, deixou uma palavra de homenagem pelo esforço e pela dedicação que demonstraram ao longo destes dois últimos anos. Aos que iam tomar posse deixou uma palavra de encorajamento, porque iriam ter pela frente uma tarefa difícil, pois a ADFA já atingiu um nível de actuação na sociedade bastante importante e por isso a tarefa será árdua e desejou que no fim do mandato possam ter o reconhecimento daqueles que neles votaram.

Terminou desejando-lhes "Boa Sorte! Porque tenho a certeza que coragem, vontade e dedicação, não vos faltará. Deu depois posse aos novos elementos da Mesa.

UM LONGO CAMINHO A PERCORRER

O presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional empossado, Jorge Maurício, saudou os convidados, os

Órgãos Sociais que iriam tomar posse, as associações presentes e mandou um grande abraço a todos os sócios.

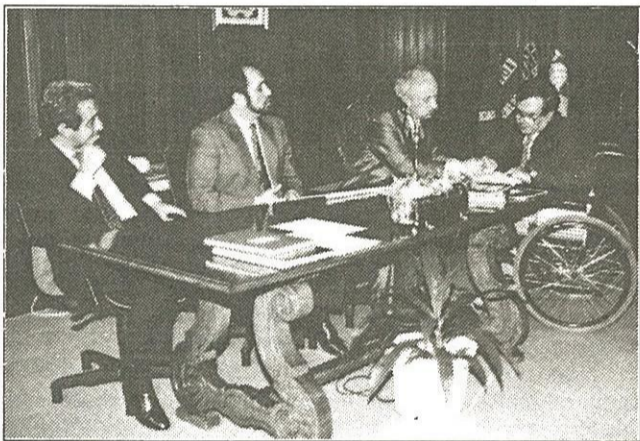
Disse depois que mais uma página da história da associação iria ser virada na sequência de um processo de revisão estatutária, muito participado, que durou bastantes anos, onde encontramos uma nova lei para a ADFA se adequar aos tempos que correm. Homenageou também todos os "camaradas que desde o dia 14 de Maio de 1974, até hoje, conduziram a nossa associação, dirigiram os nossos destinos e conseguiram que a ADFA continuasse a ser uma associação de Abril, como referência de todas as associações de deficientes em Portugal. Adiantou no entanto que ainda há um longo caminho a percorrer, demonstrou a sua confiança na capacidade dos novos Órgãos em levar a ADFA ainda mais longe, de lutar com convicção, com justiça e com garra pelos interesses dos nossos muitos associados que, tendo servido nas Forças Armadas, ainda não viram os seus problemas condignamente resolvidos.

Terminou com um voto de confiança aos novos Órgãos, a quem desejou um óptimo mandato e fez votos para que daqui a três anos, estejamos neste mesmo local com uma ADFA maior, a passar o testemunho áquelles que hão-de vir.

Após este discurso foi dada posse aos membros da Direcção Nacional, ao Conselho Fiscal Nacional, ao Conselho Nacional e aos presidentes de Mesa de Assembleia Geral de Delegação.

UMA ADFA MAIS FORTE E MAIS COESA

Depois desta cerimónia discursou em nome do Conselho Nacional, José Monteiro, que começou por afirmar, parafraseando um poeta beirão "Quando um justo morre e vai para o céu, Deus pergunta-lhe: Quem é? Entre! O



beirão diz: Entre! Quem é! E nós somos como o beirão, dizemos, entre quem é, e teremos muito prazer em tê-los connosco, foi esta a forma poética como cumprimentou os nossos convidados.

Saudou os Órgãos Sociais cessantes a quem testemunhou o seu apreço pelo esforço que dedicaram em prol da associação. Reviu nesse esforço todos os que desde há mais de vinte anos vêm trabalhando para que a ADFA seja hoje um referencial no mundo dos deficientes e na própria sociedade. Referiu depois que associação, com toda a sua diversidade de opiniões, com todas as suas contradições, é algo que nos orgulha. Expressou a sua satisfação e honra, em participar no Conselho Nacional, pelo elevado nível dos elementos que o integram e em segundo lugar, mas mais importante, porque o Conselho Nacional que saiu deste novos Estatutos atingiu uma nova dimensão, maiores competências e acima de tudo adquiriu uma total independência que lhe permitirá defender de uma forma livre frontal e séria as suas posições, sempre no quadro do respeito pelas ideias dos outros e fundamentalmente no respeito absoluto pela ideia que sair vencedora depois do debate.

Disse depois, "como quem faz um juramento" que os membros do Conselho Nacional não se pouparão a esforços e farão os sacrifícios necessários para que a associação, no final do seu mandato, esteja melhor, mais forte, mais coesa do que está hoje e, pedindo desculpa pela imodéstia, terminou dizendo que: "no final do mandato todos olharemos para trás e ficaremos contentes com o trabalho desenvolvido".

MAIOR PROXIMIDADE COM A INSTITUIÇÃO MILITAR

Falou depois o Presidente do Conselho Fiscal Nacional, Ramos Alves, que depois dos cumprimentos, realçou o facto de a lista aos Órgãos Sociais Centrais ter resultado de um amplo consenso depois de uma discussão muito participada.

Disse ainda que uma das preocupações principais do CFN era a de que os sócios passassem a ter uma participação mais activa, contribuindo nesse sentido com as suas sugestões e críticas, dentro de um espírito de total

abertura e diálogo com as instituições, muito especialmente com a instituição militar, de forma a que com ela haja uma maior proximidade, pois é dela que nós somos oriundos.

Terminou desejando um bom mandato a todos os outros Órgãos já que: "vontade parece não nos faltar, coragem pelo menos é suficiente, esperamos é que tenhamos capacidade para levar a bom termo todo este mandato".

DAR UM SALTO QUALITATIVO

Por último falou o presidente da Direcção Central, Lavouras Lopes, que depois de cumprimentar e agradecer a presença dos convidados, considerou que a sua presença se revestia de um significado muito especial, por serem "testemunhas públicas deste acto de posse"... "deste compromisso que nós assumimos aqui para durante os próximos 3 anos, dar mais um salto, um salto qualitativo na melhoria de vida dos deficientes das Forças Armadas, sócios da nossa Associação e não só, também de todos os deficientes portugueses, porque a nossa causa é a causa de todos.

Prestou homenagem aos membros dos Órgãos Sociais cessantes "pelo esforço, sacrifício, abnegação,"... tal como vem sucedendo desde o início da Associação". Realçou o facto de os cargos serem gratuitos, o que exige muita militância, por isso talvez seja difícil manter as pessoas no mesmo cargo durante muitos mandatos seguidos, porque é de facto cansativo. Mais adiante afirmou que não somos muitos os que estamos disponíveis e por isso, mesmo muitos dos que cessaram os seus mandatos, continuam agora uns no mesmo Órgão e outros em Órgãos diferentes, citando como exemplos os casos do Presidente da Direcção cessante que agora continua a trabalhar noutra Órgão, no Conselho Nacional, um Órgão não menos digno, antes pelo contrário um Órgão superior à própria Direcção Nacional e o do Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional cessante, que passa a desempenhar um cargo a nível de delegação, na Delegação do Porto, mas mesmo que não desempenhasse nenhum cargo ele teria sempre o seu peso institucional, como sócio nº 1, dentro da nossa Associação.

Chamou a atenção para o facto de que "temos ponto de vista diferentes, temos sensibilidades diferentes, aqui dentro inclusivamente, neste universo de sócios, há os diferentes posicionamentos políticos, como não pode deixar de ser, o que é absolutamente lógico, mas conseguimos sempre, e mais uma vez conseguimos, desta vez também, ultrapassar essas diferenças, conseguir uma grande síntese, congregar esforços, obter uma grande unidade em volta de um objectivo comum, que é a defesa dos nossos interesses, dos nossos direitos..."

No que concerne à presença dos representantes das entidades militares, considerou que a ADFA tem mantido uma relação muito especial com as Forças Armadas, que nós somos a projecção das próprias Forças Armadas na sociedade civil, de certo modo as suas representantes na sociedade civil, o seu prolongamento, que temos muita honra nisso, e pensamos que soubemos representá-la com dignidade ao longo da vida da Associação e que ficava ali o compromisso de que essa dignidade será ainda maior a partir de agora..."

TRÊS CLASSES DE DEFICIENTES

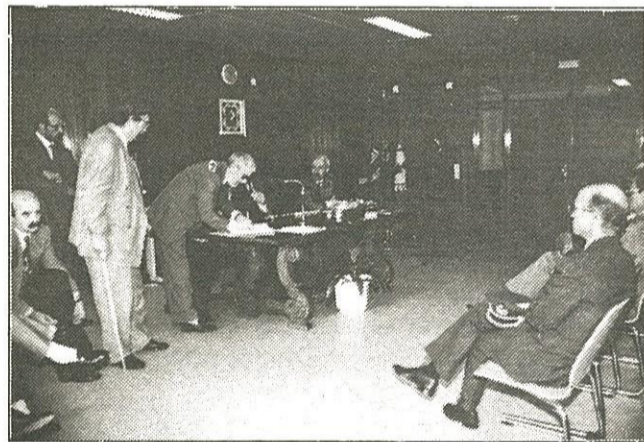
Disse depois que entre nós existem três tipos de deficientes, e que "se nas nossas discussões internas nós conseguimos uma unidade muito grande, unidade essa feita de diversidades relativamente ao estatuto do deficiente das Forças Armadas, essa unidade não foi conseguida e nesse aspecto nós estamos divididos, constituídos em três classes aqui dentro: aqueles cujos acidentes ou doenças foram considerados em campanha; os que foram considerados em serviço; e aqueles cujo nexo de causalidade com o serviço nem sequer foi reconhecido, e, porque o serviço militar implica risco especial para os militares, aqueles cujos acidentes ou doenças foram considerados em serviço devem ter também um tratamento especial, devem ser objecto de um estatuto especial, não podem no nosso entender, sempre assim entendemos e continuamos a entender neste momento, já com algum desespero dada a idade em que se encontram muitos desses nossos associados, não poderão ter o mesmo estatuto de qualquer outro servidor civil do estado, porque os riscos são diferentes. E nós iremos procurar sensibilizar as próprias Forças Armadas para isso porque a elas lhes diz respeito, porque a elas lhes toca muito de perto, e também para um outro grupo, embora menor, daqueles que cujo nexo de causalidade com o serviço não foi reconhecido, isto é, pessoas que estavam no cumprimento do serviço militar e tiveram um acidente, não no cumprimento de uma ordem de serviço, não numa função específica, sei lá, porque iam de fim-de-semana. Mas acontece que se um trabalhador normalmente está coberto por um seguro e tem essa situação salvaguardada, no caso dos militares nunca foi

previsto seguro nenhum, nunca foi prevista qualquer legislação e nós não podemos aceitar que essas pessoas estejam num total abandono, porque eles eram militares de facto, mas o seu serviço militar termina e não há qualquer apoio por parte do estado para eles. Vamos procurar que esse problema seja resolvido.

Afirmou mais adiante que "queremos que para todos, em campanha, em serviço ou não em serviço, seja reconhecida a dignidade que é devida ao deficiente militar, ao deficiente das Forças Armadas. Queremos que a Nação reconheça essa dignidade a todos os níveis, a nível dos Órgãos do Estado, a nível das Forças Armadas e a nível da sociedade civil, são pessoas que se entregaram ao serviço da Nação, que se entregaram quando foram chamadas a cumprir o seu dever, exigem em contrapartida que a Nação cumpra o seu dever" que "não queremos ser lançados para o esquecimento, pois temos um exemplo da história da guerra que antecedeu a guerra que gerou os deficientes das Forças Armadas que fazem parte desta Associação. Temos um exemplo nessa guerra porque aqueles que nela ficaram deficientes foram votados ao esquecimento passados 20 anos, 20 anos é o momento em que tudo passa à história, nós não queremos passar à história, somos pessoas, continuamos a viver, a ter necessidades, a querer ser felizes..., não vamos permitir que se repita connosco essa história" citou como exemplo prático desse esquecimento "o caso dos Lares Militares, cuja política não existe e que devia existir..."

Mais adiante frisou o facto de que iremos intensificar as relações com todas as associações de deficientes, "com elas vamos trabalhar, com elas vamos comungar dos mesmos ideais, com elas vamos procurar alterar a imagem que ainda existe do deficiente em Portugal, para que os deficientes sejam pessoas como as outras e deixem de ser estranhos que causam repulsa, que causam piedade"

Falou das relações a nível internacional e que "como membros da Federação Mundial de Antigos Combatentes, faremos um esforço muito grande para que essa Organização acentue a componente da reabilitação e da integração social dos deficientes de guerra, especialmente das guerras regionais, e muito especialmente dos deficientes de guerra dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa.



PORTA ABERTA AOS ASSOCIADOS

Realçou o facto de que "para desenvolvermos este trabalho temos obviamente o apoio do Estado mas não só, temos o esforço dos próprios associados através do pagamento das suas quotas, temos iniciativas produtivas na nossa própria Associação, mas essa produtividade reverte imediata e directamente a favor de serviços que prestamos aos deficientes sócios e não só, porque muitos deficientes não sócios frequentam esta casa diariamente, aqui são atendidos, aqui têm sempre a porta aberta. Prestamos directamente serviços, mas não somos uma mera associação prestadora de serviços, não somos um prolongamento da administração, nem sequer tínhamos essa obrigação, e a obrigação compete ao Estado, mas como o Estado antes do 25 de Abril e imediatamente após, se demitiu desta obrigação, tivemos que ser nós a pegar nas nossas próprias mãos, através das nossas próprias próteses, lançar mãos a esta tarefa. Procuramos criar serviços para resolvermos os nossos próprios problemas, substituímos em muito o próprio Estado, de maneira que a nossa Associação merece o reconhecimento da Nação porque é constituída por aqueles que se deficientaram ao seu serviço, mas merece também o reconhecimento da Nação porque esses que se deficientaram ao seu serviço, constituíram-se numa organização que conseguiu promover em muito a sua integração, mas como disse, nós não nos podemos substituir totalmente ao Estado,... e vamos exigir que o Estado, muito especialmente ao Ministério da Defesa Nacional, que seja dado todo o apoio para que a dignidade que nós reclamamos para o deficiente militar seja conseguida".

Fez notar a terminar que: "somos uma Associação livre, que as nossas orientações, a eleição dos nossos órgãos directivos, as nossas estratégias, obedecem a um único poder, o poder dos sócios".

Texto e fotos de Armino Roque

Ciclo de Cinema

O Mundo do Silêncio em Debate

No passado dia 28 de Julho, às 18:00 horas, no auditório da Sede foi visionado e discutido o filme "Filhos de um Deus Menor".

Esta iniciativa que se insere no Ciclo de Cinema que o GEDA organizou, contou desta vez com a participação da Associação Portuguesa de Surdos e do Instituto Jacob Rodrigues, organismo da Santa Casa da Misericórdia que se dedica ao ensino de surdos.

Participaram nesta sessão cerca de 40 pessoas, maioritariamente jovens e surdos.

Estas sessões, conforme temos vindo a noticiar, têm por objectivo analisar a forma como o cinema pode influir negativa ou positivamente na criação de barreiras culturais à integração das pessoas deficientes.

Do debate deste filme, que foi acompanhado por uma intérprete de língua gestual, a conclusão fundamental é a de que, embora bem intencionado, não transmite a realidade do mundo dos surdos, é fantasioso e embora seja melhor

que nada, a verdade é que enquanto não forem as pessoas surdas a realizá-los, o resultado será sempre o mesmo.

Uma outra conclusão foi a de que os filmes com personagens deficientes estão a ter grande aceitação pelo público. Será que existe alguma razão especial para as pessoas ditas normais gostarem de ver os aleijados como protagonistas? Talvez sim, e enquanto assim for dará dinheiro aos produtores. Mas contribuem eles de facto

para inverterem a imagem negativa que se faz das pessoas deficientes? É algo que não é linear.

Neste filme o papel do professor era o de uma pessoa que estava nos dois mundos: o das pessoas ouvintes e, por afinidade, no das pessoas surdas, debatendo-se com o problema de aceitar ou não que a sua companheira tenha o direito de não falar, o que ele racionalmente aceita, mas na prática não suporta, e acaba por se criar um conflito.

Um dos jovens assistente afirmou que os surdos só deveriam ter relações com outros surdos, pois que sem um intérprete é impossível uma relação. Colocou-se a questão da universalização da linguagem gestual e que ela deveria ser ensinada nas escolas a todos os alunos.

Um outro jovem disse que quando fala com as pessoas, elas pensam que ele é uma pessoa estúpida, que é um parvo e acaba por ficar isolado dos grupos.

Quanto ao filme, foi afirmado que, se bem que ele já tenha aparecido em 1988, as mentalidades continuam as mesmas no que concerne às pessoas surdas.

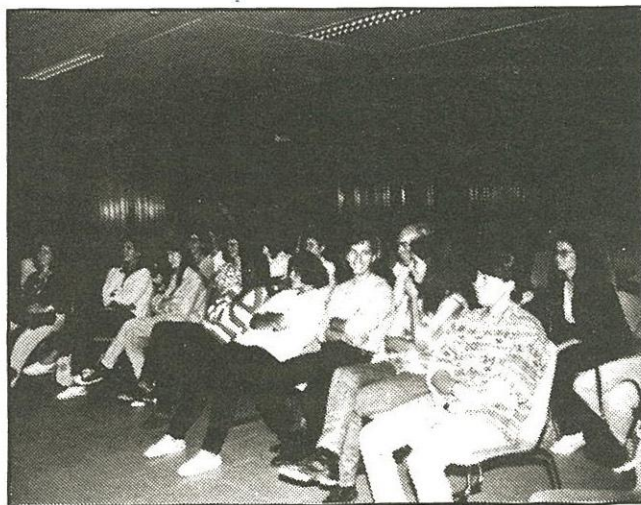
lêncio", porque não foi feito por pessoas surdas, apesar de a actriz principal o ser. Neste momento o debate estava quente e os jovens aplaudiram vi-

tempo para tirarem um curso de língua gestual, para melhor dialogarem com os seus filhos, o foso fica maior, num mundo onde o próprio diálogo está cada vez mais ausente.

Uma mãe de um surdo que estava presente, afirmou que foi também muitos técnicos não estavam bem educados, ou bem formados, porque ela foi aconselhada por uma professora a não aprender a língua gestual, porque dessa forma nunca ajudaria a filha a aprender a falar. Um técnico de língua gestual considerou que isso era uma posição errada.

Se é errado ou certo, não sabemos, mas pelo menos o debate foi lançado e continuou bem vivo, já depois de ter sido dado por terminado. Os jovens, e os menos jovens, continuaram informalmente a conversar em ambiente de tertúlia, com aquela alegria e vivacidade que os jovens, surdos ou não, têm.

Terminou com este filme o Ciclo que organizámos e que focou as várias áreas de deficiência, este trabalho não está de maneira nenhuma esgotado e na próxima temporada continuaremos com outras iniciativas.



O FILME É FANTASIOSO

No entanto houve quem defendesse que este filme tinha aspectos positivos e que existem outros que também focam esta temática, e que são bem-vindos.

"Filhos de um Deus Menor" foi considerado um pouco fantasioso, é a imagem daquilo que as pessoas ouvintes desejam que os surdos sejam e façam mas não uma análise correcta do "mundo do si-

vamente estes pontos de vista.

Passou-se depois a falar no papel da família. Existe uma cena no filme onde, num diálogo entre a mãe da surda, e ela própria, se conclui que o pai tinha saído de casa por não suportar a filha surda e a mãe por sua vez ficou a odiá-la por ela ser a responsável de ter ficado sem marido. Conclui-se que a educação tem de começar pela própria família e se os pais não disponibilizam algum do seu

Programa Horizon

Novos Rumos discutidos em Bruxelas

No âmbito do Projecto Horizon, "Barreiras Culturais à Integração das Pessoas Deficientes" estabeleceu a ADFA parcerias com a ACIH e CARAT, sediadas em Bruxelas, onde se deslocou uma delegação da ADFA para trocar experiência e estabelecer estratégias comuns de trabalho no futuro.

Foram conseguidos resultados positivos no intercâmbio da investigação e do teletrabalho.

Para se fazer um balanço do trabalho já efectuado e das perspectivas de trabalho futuro, deslocou-se a Bruxelas, no passado dia 25 de Maio, uma delegação da ADFA formada pelo presidente da Direcção Central, José Arruda, e pelos responsáveis e coordenador do Gabinete de Estudos e Documentação, Lavouras Lopes e Armino Roque.

Realizou-se uma reunião com os referidos parceiros cuja Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

1- Conhecimento mútuo das associações.

2- Apresentação dos resultados do trabalho já efectuado pela ADFA.

3- Discutir os pontos de interesse comuns às duas associações.

4- Apresentação do Projecto no âmbito do Programa HORIZON II

5- Estabelecer formas de articulação para investigações futuras entre as organizações.

As reuniões foram bastante frutuosas, tendo-se trocado experiências entre as associações e encontrado pontos comuns para a prossecução de trabalhos futuros.

A CARAT é uma organização para deficientes do foro mental, que adopta métodos muito avançados de trabalho, onde o deficiente é considerado uma

pessoa com quem é necessário agir. A reintegração destas pessoas na sociedade não se limita a cursos de formação profissional, mas a uma inserção global, que passa por um acompanhamento e educação nos mais variados aspectos da vida quotidiana, como seja a higiene pessoal, formas de se vestir, utilização de regras de cortesia, utilização de transportes públicos e outros serviços como correios, telefones, bancos etc. A família é também objecto de acompanhamento. Nos locais de trabalho estas pessoas são acompanhadas até que estejam completamente integradas e os próprios em-

pregadores são também objecto de reintegração. Esta organização efectua estudos em colaboração com diversas universidades, tem um centro de informação e documentação e publica regularmente livros onde são dados a conhecer os resultados de todo este trabalho. A ADFA trabalhará com esta organização essencialmente nestas áreas.

A outra organização com quem reunimos é a Associação Cristã para Inválidos e Deficientes (ACIH) que agrega cerca de 20 000 deficientes de toda a Bélgica e que tem como Secretária Geral uma pessoa com deficiência. Esta associação está fortemente enraizada em organismos de base, tem um contacto muito estreito com as autarquias e presta toda a espécie de serviços aos seus associados tanto na área da reintegração e formação profissional, como nas áreas da arte do desporto da música e da ocupação dos tempos livres.

Actualmente encontra-se a desenvolver um trabalho na área do teletrabalho, que tem imensas potencialidades para qualquer cidadão, mas poderá trazer enormes benefícios para as

pessoas deficientes com dificuldade de locomoção. Será nesta área que a ADFA irá trabalhar com esta associação.

Não podemos deixar aqui de realçar a hospitalidade e grande simpatia como a delegação da ADFA foi recebida pelos nossos parceiros, sobretudo pela Secretária Geral da ACIH,

Madame André Maes, e pelos presidente e vice-presidente da CARAT, Marie Noelle Auriol e Pierre Lebout.

A ADFA convidou os dirigentes destas duas organizações a estarem presentes no colóquio a realizar no dia 8 de Julho na Sede da ADFA a que muito gentilmente acederam.

Reencontros

Angola 1969/71

BAT. 2858 - COMP^a. CAÇ. 2457
Alto-Cuito, Benguela e Mumboé

Apela-se a todos os militares que integraram este Batalhão e Companhia, e que estiverem interessados

no almoço de confraternização dos 25 anos, contactem:

Ex. Alf/Mil Berjano, telef.: 01- 3647280

Ex. Fur/Mil Borges, telef.: 01- 2031166 (casa)
065- 761621 (emp^a.)



SANTO
SANTÓNIO
EMPREENHIMENTO HOTELEIRO, LDA.

- Restaurantes
- Quartos c/WC, TV, Telef., Som
- Parque de estacionamento
- Garagem
- Condições

especiais para sócios da ADFA

Rua de S. José, 10

Cova da Iria — 2495 Fátima

Telef. 049 533637/533641 — Fax. 533634

PRODUÇÃO DE CALÇADO E PALMILHAS ORTOPÉDICAS ASSISTIDA POR COMPUTADOR

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, apresentou candidatura do projecto "Produção de calçado e palmilhas ortopédicas assistida por computador" ao Programa CITE - Ciência, Inovação e Tecnologia -, em parceria com o INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores e o Hospital Geral de Santo António - Consulta do Pé Diabético.

A apresentação do projecto resultou da necessidade sentida pelo Centro de resolver problemas relacionados com a produção de calçado e palmilhas ortopédicas.

As respostas existentes aos problemas que são colocados diariamente aos utentes do Centro não são eficazes, pois são asseguradas por profissionais em fim de carreira, apoiadas em respostas pontuais e tipo artesanal, com conseqüente prazo de entrega longo e imprevisível. Além disso, a produção apoia-se em dados não objectivos e é excessivamente dispendiosa.

A população que recorre a este tipo de produtos é constituída por:

- pessoas com deficiência, traumatizados;
- pessoas com deficiência motora central - poliomielite, espinha bífida;
- pessoas diabéticas;
- pessoas da 3ª idade.

A agressão pelo calçado causa cerca de 70% dos problemas crónicos do pé normal e mais de 90% das lesões no pé diabético (dados da Consulta do Pé Diabético do HGSA).

As deformações resultantes produzem-se sobretudo no antepé e estão relacionadas com a forma do sapato - bicuda e estreita.

No caso dos diabéticos os pés estão sujeitos às mesmas pressões mas, devido à perda de sensibilidade resultante da doença, o indivíduo não sente a dor provocada, o que ocasiona andar sobre os pés até à ulceração e continuar a fazê-lo mesmo depois, com uma completa insensibilidade dos pés.

Evitam-se estes problemas, quer na população diabética, quer na população em geral, optando por calçado mais largo no antepé, de biqueira mais redonda, palmilha bem conformada e sola absorvente de pressões.

Neste momento, no caso de pés traumatizados ou com forma particular necessitando de sapatos ou palmilhas ortopédicos feitos à medida, os dados são recolhidos através de moldes em gesso cujo negativo é enviado

para fábrica de moldes e a partir do qual é produzido o sapato ou palmilha.

Actualmente existem técnicas de aquisição de dados:

- digitalização tridimensional
- podobarografia
- análise de forças através de placa dinamométrica e técnicas de processamento, modelação e visualização, que permitem uma resposta mais eficaz e adequada.

Os dados obtidos com estas técnicas serão guardados em memória de computador, assim como outros dados referentes ao utente, o que permite reproduzir o calçado em qualquer momento sem mais perda de tempo e espaço.

Após a análise do problema e definição da população alvo, definiram-se as medidas necessárias a fornecer para a produção de um sapato ou palmilha por medida, as tecnologias de aquisição desses dados e o ambiente informático para processamento, modelação e visualização dos dados.

É a seguinte a arquitectura proposta para o sistema:

- A) Diagnóstico e prescrição de um sapato especial;
- B) Digitalização do pé;
- C) Produção do molde;
- D) Design e produção do sapato;
- E) Teste de adequação do sapato, com a placa dinamométrica, em caso de necessidade, por desconforto ou má adaptação do calçado.



FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO C.R.P.G.

"Sexualidade e Deficiência"

Realizou-se uma acção de formação, dias 5 e 6 de Maio, sobre o tema "Sexualidade e Deficiência" dirigida aos profissionais do Centro.

"Designers de Formação"

Promovida e organizada pela Associação Industrial Portuense e co-financiada pelo IEFP / FSE, decorreu nos meses de Março e Abril uma acção de formação para "Designers de Formação".

Pretendeu-se com esta acção que os participantes adquirissem competências para:

- identificar oportunidades de formação;
- conceber ante-projectos e projectos de formação pertinentes e oportunos;
- definir áreas / modalidades / tipos de programas de formação adequados às situações e contextos espec'ficos;
- promover, organizar, acompanhar e avaliar programas de formação;
- promover e imprimir o efeito retroalimentador que a formação encerra.

Esta acção culminou com a elaboração e apresentação de um projecto por parte dos participantes. Os seis participantes do Centro apresentaram dois projectos nas áreas de "Mobilidade e Acessibilidade" e "Integração e Pessoas com Deficiência".

Infologia

No âmbito da formação espec'fica dos formadores, reiniciaram-se as acções em Infologia no dia 26 de Abril, que se irão prolongar pelos próximos meses e nas quais participam os formadores da área de Administração e Gestão.

AutoCAD

O formador do curso de Desenho Assistido por Computador iniciou no mês de Abril na Academia Comercial TECLA, uma acção de formação em Desenho Assistido - Auto CAD.

Handynet

Decorreu de 2 a 5 de Maio, em Lisboa, uma acção de formação no âmbito do Programa Handynet, com o objectivo de elaborar novas fichas de atendimento.

EXPOCOLGAIA

Promovida e organizada pelo Colégio de Gaia, decorreu entre 3 e 6 de Maio nas suas instalações a ExpoColGaia, pretendendo ser uma amostra das actividades representativas do concelho de Gaia.

O Centro participou apresentando cartazes com os seus programas e actividades.

CICLO DE CONFERÊNCIAS CITE

O Secretariado Nacional de Reabilitação promoveu durante o mês de Abril, às quarta-feiras, um Ciclo de Conferências cuja temática foi "Inovação e Investigação em Reabilitação", que teve lugar no Centro Maria Cândida da Cunha.

Estas conferências destinaram-se a disseminar informação de Investigação e Desenvolvimento em reabilitação, a nível nacional, explorando os resultados dos projectos no âmbito dos programas HORIZON e CITE.

O objectivo principal foi abrir a discussão e promover o encontro entre instituições que trabalham na área da reabilitação servindo de plataforma para o estabelecimento de novas parcerias para projectos nacionais e/ou da União Europeia.

A apresentação dos projectos, cerca de 40, distribuiu-se por grupos temáticos: Ajudas Técnicas - Novas Tecnologias; Saúde - Intervenção Precoce; Educação / Formação; Integração Social.

O CRPG participou nas várias sessões apresentando um projecto do Programa CITE:

- "Produção de calçado e palmilhas ortopédicas assistida por computador" (apresentado neste número do ELO)
- e três projectos no âmbito do Programa HORIZON:
- "Unidade de Engª da Reabilitação: uma experiência CRPG"
- "Criação de uma Unidade de Investigação em Engª da Formação"
- Criação de uma Unidade de Avaliação/Orientação para Deficientes Físicos".

FORMEM Acções de formação

A FORMEM, Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência, da qual o CRPG é membro, consciente da necessidade de formação contínua e complementar por parte dos profissionais de reabilitação e integração profissional das pessoas com deficiência, propôs-se organizar acções de formação destinadas a técnicos não docentes dos Centros de Reabilitação Profissional.

Estas acções que decorrem em Gaia - CRPG - e Lisboa - CERCILISBOA, durante os meses de Maio e Junho, subordinam-se aos seguintes temas:

- "Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens";
- "Multidisciplinaridade e Interactividade";
- "Formação Profissional / Estratégia de Desenvolvimento Pessoal";
- "Liderança, Motivação e Dinamização de Equipas"
- "Políticas de Reabilitação Nacional e Comunitária"
- "Psicologia Aplicada à Reabilitação de Pessoas com Deficiência"
- "Marketing Institucional"
- "Gestão de Qualidade"

Subsídios de Desemprego

Como Orgão dos Deficientes das Forças Armadas, ou pelo menos assim o entendemos, sugiro que seja divulgado com título na primeira página do próximo jornal, o sério problema do direito ao subsídio de desemprego, assim como todas as regalias da Segurança Social aos Deficientes das Forças Armadas empregados por conta de outrém que eventualmente venham a ser despedidos ou que sejam dispensados por reestruturação da empresa onde trabalham.

Certamente que existem alguns deficientes nesta triste situação, mas por curioso que pareça, estranhamente as pessoas ainda têm receio de se manifestarem apenas eu me tenho empenhado em pressionar a Direcção da nossa Associação para tentarem junto do Ministério do Emprego e da Segurança Social para fazer entender ao Sr. Ministro dos direitos que a lei nos concerne.

Porém, já lá vai mais de um ano que estamos vivendo a boa compreensão do Sr. Ministro, que iria ser estudado o caso no Depº Jurídico do Ministério, e efectivamente passado todo este tempo, a resposta do nosso Director continua sendo a mesma desde o início: está no bom caminho, já tivemos contacto com o Sr. Ministro e diz estar para breve o parecer; há que aguardar... que de certeza brevemente vamos ter uma resposta afirmativa, etc, etc.

Resumindo e concluindo: Está esta direcção no fim do seu mandato e fica a "batata por cozinhar". Pergunto: podemos confiar nos representantes para nos defenderem?

Podemos ter a certeza que pagamos as nossas quotas atempadamente para que tenhamos uma associação com uma Direcção condigna para defenderem os direitos dos associados?

Começamos a estar cansados das demagogias. Queremos mais acção. Não abdicamos daquilo a que temos direito.

Espero que seja para curto prazo e, que seja divulgada a resolução do Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social na resposta cabal ao direito ao subsídio de desemprego aos deficientes das Forças Armadas empregados por conta de outrém.

Será que efectivamente não existem mais associados nesta situação interessados em ver este assunto resolvido?

Apela-se para que contactem a Direcção com urgência.

José Moreira Alves, sócio nº 801

Direcção Nacional: Concordamos com o teor da carta do associado, por estar em sintonia com as posições que a ADFA defende, ao entender que as pensões auferidas pelos DFA's são a título de compensação, pelos danos pessoais e morais sofridos e que o subsídio de desemprego resulta do direito ao trabalho que qualquer cidadão deve ter.

Isenção de Serviço Militar Nem todos são abrangidos

Como leitor assíduo do "Elo" não podia nem devia, deixar passar um determinado artigo, que pelo certo vem atingir muitos outros camaradas.

"Filhos de DFA'S podem optar pela não prestação de serviço militar".

Ai que desencanto, mandou-se um míssil e saiu um tiro de pressão de ar.

Os meios de comunicação social informaram que os filhos dos deficientes militares, já não iam à tropa. De-

ram-me os parabéns, como era justo, tanto mais que em recrutamentos sucessivos poucos filhos de deficientes lá estarão. Agora essa dos 60% nem ao diabo lembra. Façam estatísticas e vejam que a guerra já acabou à 21 anos.

Isto é mandar pó para os olhos das pessoas

Nem um soldado mais para a Angola, isto é Slogan após o 25 de Abril.

Soldados portugueses a caminho da Bósnia e Croácia, isto é o tempo que cor-

DELEGAÇÃO DE FAMILIAR

SEGUROS

No sentido de oferecer aos seus associados um conjunto de regalias cada vez maior e melhor e sem quaisquer dispêndio de custos extras, pois só é necessário ter as quotas em dia, a direcção desta delegação conseguiu, através da contacto-corretores de seguros, um protocolo de colaboração e prestação de serviços, com a companhia de seguros Royal Exchange Assurance, no sentido de o associado da ADFA ter acesso a um pacote de seguros em condições muito vantajosas, as quais não são possíveis de conseguir no mercado geral, individualmente.

De início, esse pacote englobará os seguintes ramos:

1. Automóvel
2. Ocupantes
3. Multirisco habitação (edifício)
4. Multirisco habitação (recheio)
5. Acidentes de trabalho (empregada domestica)
6. Acidentes pessoais
7. Protecção familiar.

No próximo jornal, serão dadas mais informações sobre este assunto.

Para qualquer caso urgente, agradecemos seja contactada a Delegação de Familiar, através do tel./fax (052) 322848.

ARTIGOS DE PUBLICIDADE

Informam-se todas as delegações e a Sede de que temos em stock os seguintes artigos com publicidade da ADFA:

	Preço Recomendado
A) Chávenas de café	= 350\$00
B) Chávenas de meia de leite	= 400\$00

Sede Nacional Período de Férias

Durante o mês de Agosto, período de férias por excelência também na Sede Nacional será limitada a presença de trabalhadores. Estarão no entanto, garantidos, durante todo o mês, os serviços mínimos que correspondem ao atendimento dos associados.

Encontrar-se-á encerrado o serviço de Bar-Resaurante e Self-service a partir do dia 31 de Julho o qual reabrirá no dia 28 de Agosto.

A ADFA deseja aos seus associados familiares, Trabalhadores e colaboradores um óptimo período de descanso que, a todos, retemperem forças para o ano laboral que se lhe seguirá.

re, ou correrá brevemente. Agora nós que não atingimos os 60% e que temos só um filho e esse filho está a caminho da guerra, será justo?

Quanto à poeira para os olhos, brevemente, digo eu, está para sair o tal artigo da acumulação da reforma militar com o da Função Pública.

Deus queira que não seja pelo mesmo método do 60%, já que poucos camaradas se conhecem a trabalhar com esta desvalorização.

Sei que não é culpa da nossa associação, mas em futuras reuniões com membros do Estado é justo fazer-lhe sentir estes pontos de vista.

Subscrevo-me, agradecendo a atenção dispensada.

Abel José Paulino Monteiro
Sócio nº 9095 - Coimbra

"PORTÕES"
para
abrir

não se canse

Automatiza-se
com comando
à distância

Orçamento
grátis

Tel. 0931241310

C) Cinzeiros de porcelana	= 350\$00
D) Bonés tipo americano	= 450\$00
E) Guarda-chuvas	= 1.500\$00
F) Relógios	= 2.600\$00

Todos estes artigos carecem de encomenda prévia e serão cedidos à Sede e restantes Delegações, a preço de custo.

ARTIGOS PARA AUTOMÓVEIS

celebramos um protocolo com a firma "Lino-Pneus" desta cidade, no qual o sócio da ADFA terá descontos significativos nos produtos por ela comercializados, tais como, pneus de todas as marcas, jantes especiais e volantes desportivos.

A DIRECÇÃO DA DELAGAÇÃO

Delegação do Porto

Empregada de limpeza para substituição temporária

A Delegação do Porto necessita de uma empregada de limpeza para substituir outra que temporariamente vai ser sujeita a tratamento hospitalar.

Prevê-se que o período de substituição seja de 2 a 3 meses com início em 01 de Setembro próximo.

As interessadas deverão apresentar as candidaturas à Direcção da Delegação, sendo dada a prioridade a associados ou familiares.

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
CORSA		
SWING 1.2 3P	1.368.515.00	2.041.176.00
SWING 1.4 3P	1.630.011.00	2.612.176.00
SWING 1.4 5P	1.686.421.00	2.678.176.00
SWING 1.5 D 3P	1.687.731.00	2.841.175.00
GLS 1.5 5P TD	2.232.176.00	3.478.302.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.330.973.00	3.432.302.00
1.7 GL 4P DTL	2.224.390.00	3.957.176.00
1.7 TD GLS 4P TD	2.778.171.00	4.572.176.00
CAR 1.7 DT	2.941.419.00	3.763.177.00
CAR CLUB 1.7 TD	2.891.946.00	4.705.293.00
CAR CLUBE 1.4	2.451.663.00	3.573.509.00
VECTRA		
GLS 1.7 TD 4/5P	3.208.940.00	5.076.176.00
CDX 1.7 DT 4/5P	3.586.718.00	5.518.176.00
TIGRA		
1.4 XE COUPE 16V 2P	1.968.904.00	3.002.830.00
1.6 XE COUPE 16V 2P	2.407.035.00	3.925.150.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO GL 1.3 2P	1.610.875.00	2.379.930.00
POLO FOX 1.05 2P	1.310.499.00	1.809.129.00
GOLF CL 1.4 2P	1.780.400.00	2.733.217.00
GOLF ROLLING STONES 1.4 4P	1.991.096.00	2.979.731.00
GOLF CL D 4P	1.903.635.00	4.290.852.00
GOLF GL TDI 4P	2.501.739.00	4.920.954.00
GOLF GL TDI+	2.803.669.00	5.274.213.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.224.269.00	3.252.544.00
GOLF VARIANT CLD	2.141.014.00	4.489.906.00
GOLF VARIANT GL TD	2.581.467.00	5.014.236.00
VENTO CL 1.4	1.922.912.00	2.899.959.00
VENTO CL D	1.995.164.00	4.328.262.00
VENTO GL TDI+	2.902.649.00	5.390.019.00
PASSAT CL TDI	2.911.347.00	5.400.196.00
PASSAT GL TDI	3.513.489.00	6.104.702.00
PASSAT VARIANT CL TDI	3.164.009.00	5.695.810.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.770.025.00	6.404.849.00
AUDI A4 1.9 TDI CONFORT	3.620.581.00	6.230.000.00
AUDI A4 1.9 TDI+	4.056.479.00	6.746.918.00
AUDI A6 1.9 TDI	5.580.823.00	8.500.083.00

Os Sócios podem ainda dispôr de VW e AUDI com caixa automática nas seguintes versões:

GOLF 1.900 TDI; GOLF VARIANT 1.9 TDI; AUDI A4 TDI e AUDI A6 TDI.

SNR 1.º Encontro Nacional Autárquico sobre acessibilidade

O Secretariado Nacional de Reabilitação promoveu no dia 30 de Junho, nas instalações do Centro Nacional de Exposições do Ministério da Agricultura (CNE-MA), em Santarém, o "I Encontro Autárquico sobre Acessibilidade".

Pretendeu-se com este evento sensibilizar os diversos intervenientes nos domínios da arquitectura, urbanismo e transportes para a necessidade de reconhecer o direito que assiste às pessoas com deficiência a poderem utilizar, sem dificuldade, o meio físico edificado e os transportes.

Estima-se que na União Europeia cerca de 80 milhões de pessoas tenham dificuldade em realizar as tarefas normais do seu quotidiano, em consequência de alterações episódicas ou contextuais, de alterações temporárias ou definitivas causadas por doença ou por

deficiência e ainda por alterações funcionais decorrentes da idade e do envelhecimento.

O processo de reabilitação destas pessoas não será possível sem que as instituições de saúde, as escolas, as instituições empregadoras e de cultura, desporto e lazer, melhorem as suas condições de acessibilidade e adoptem soluções que visem o espaço físico como um suporte interactivo e facilitador da promoção da autonomia destas pessoas.

Os responsáveis e técnicos dos Organismos da Administração pública, os autarcas, os alunos e professores das escolas de Arquitectura e do Instituto Superior dos Transportes, os Engenheiros e Arquitectos com responsabilidade na elaboração e aprovação de projectos de arquitectura e Obras Públicas, os Gestores das Empresas de transportes e das Empresas Promotoras de Imobiliário, tiveram ocasião de conhecer e avaliar o trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto PRO-ACESSE.

Com efeito, o Fundo Social Europeu e o Ministério do Emprego e da Segurança Social permitiram que pela 1ª vez em Portugal, Organismos da Administração Central e Local e Organizações não Governamentais da área da deficiência e reabilitação desenvolvessem um projecto em rede através do qual foi possível concretizar uma grande diversidade de acções no domínio

da acessibilidade ao edificado, ao urbanismo e aos transportes.

No dia 30 de Junho, o projecto chegou à sua fase final e nesse dia, o Secretário Nacional de Reabilitação e os parceiros nacionais intervenientes no Projecto PRO-ACESSE deram conta do trabalho realizado, esperando que deste trabalho rapidamente possam os deficientes usufruir dos benefícios, que são direitos, no evento divulgado.

Delegação do Porto APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação do Porto tem à disposição dos sócios um serviço para os apoiar na compra de viaturas para uso próprio, com Isenção de Impostos.

O Serviço em articulação com uma empresa do Ramo Automóvel, permitindo a aquisição de viaturas de diversas marcas e modelos, desde que estejam enquadradas nos limites permitidos para a legislação em vigor.

Para utilizarem este serviço, devem contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através dos Telef: 820403 820744.

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 12 Abril de 1995

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
TWINGO	1.209.791.00	1.850.000.00
TWINGO PACK	1.269.620.00	1.920.000.00
CLIO-RL-1.2	1.228.951.00	1.825.000.00
CLIO-BE BOP	1.335.789.00	1.950.000.00
CLIO-RN-1.2	1.434.079.00	2.065.000.00
CLIO LUNA	1.583.652.00	2.240.000.00
CLIO-RT-1.2	1.681.943.00	2.355.000.00
CLIO-RT-1.4	1.785.860.00	2.760.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.811.501.00	2.790.000.00

MODELO -5-PORTAS

CLIO-RL-1.2	1.293.054.00	1.900.000.00
CLIO-BE BOP	1.399.891.00	2.025.000.00
CLIO-RN-1.2	1.498.182.00	2.140.000.00
CLIO-LUNA	1.647.754.00	2.315.000.00
CLIO-RT-1.2	1.746.045.00	2.430.000.00
CLIO-RT-1.4	1.849.963.00	2.835.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4-PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO

	P.BASE	P.V.P.
R-19-RL-1.2	1.895.166.00	2.610.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.980.636.00	2.710.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.135.836.00	3.175.000.00
R-19-RTI-1.4	2.345.238.00	3.420.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.249.404.00	4.550.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

	P.BASE	P.V.P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	2.060.561.00	3.081.399.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.124.664.00	3.156.400.00
R-19 SCALA-1.4	2.321.477.00	3.392.200.00
TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.355.090.00	2.020.000.00

RENAULT EXPRESS

EXPRESS COMBI 1.2	1.496.787.00	2.195.000.00
EXPRESS BREAK 1.2	1.834.394.00	2.590.000.00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES DESCONTOS AOS SÓCIOS

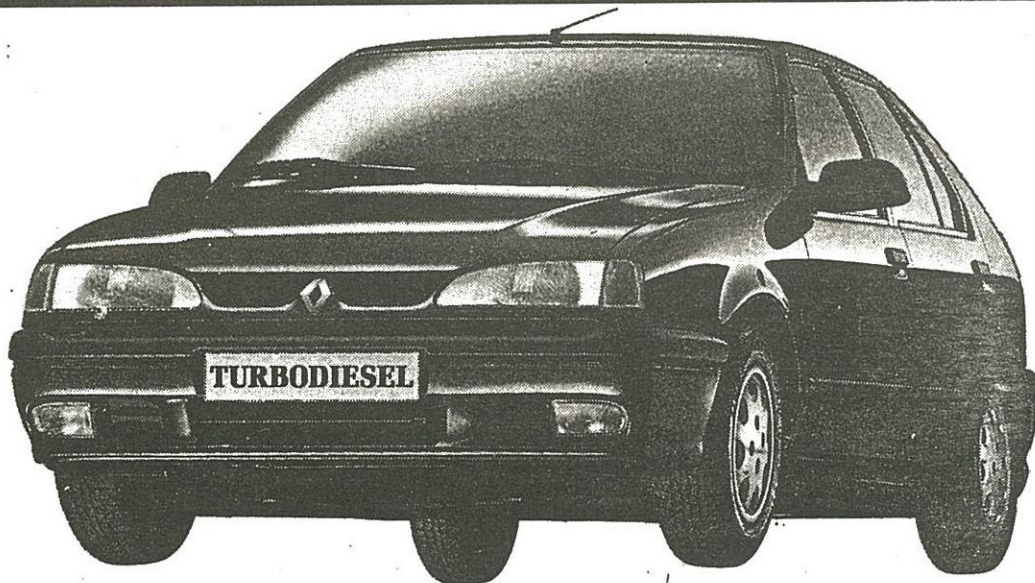
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41
Delegado de vendas: Bernardes

uma gama completa
versões a gasolina e a diesel

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico, volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir
ao novo Renault 19 Turbo Diesel,

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

SUCURSAL
RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80

RENAULT

